

# Geografia e Planejamento: Problemas e Perspectivas de uma Interface

ODEIBLER SANTO GUIDUGLI (\*)

Num mundo onde problemas de origem natural e, mais ainda, os de proveniência social são gerados em escala crescente, deve-se ter preocupações sérias não apenas com a solução daqueles atualmente existentes mas, acima de tudo, com a criação de condições que impeçam que novos se instalem em qualquer área. Preocupações desta natureza são um constante desafio às populações envolvidas, às administrações públicas e aos cientistas. Estes devem, numa ação simultânea, ter a responsabilidade e também o direito e as condições básicas de estudar, compreender e gerar alternativas de solução para os mesmos.

A preocupação com o uso de todo o conhecimento gerado deve ser uma constante na reflexão daqueles que necessitam oferecer respostas válidas aos vários problemas que a sociedade humana enfrenta. Assim, a geografia e os geógrafos como cientistas devem tornar-se cada vez mais preocupados com tais questões. Isto, mesmo que ainda não tenham encontrado uma resposta satisfatória a ponto de Harrison ter afirmado: "I know what geography is but no how does apply it" (1977, p. 297).

A geografia é ciência predominantemente de ensino ou tem também o dever de envolver-se, de maneira prática, com um variado elenco de problemas espaciais, contribuindo assim para a sociedade humana? Qual é a amplitude do conjunto de oportunidades para a aplicação da pesquisa geográfica? E, em caráter mais específico, como estabelecer uma relação proveitosa entre geógrafos face ao planejamento e aos planejadores, de tal maneira que se possa desenvolver uma geografia aplicada ou uma aplicação prática de suas pesquisas?

---

(\*) Departamento de Geografia e Planejamento, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro.

A geografia deve ser considerada como ciência de estruturação recente, ou ainda em estruturação, calcada sobre um corpo de conhecimentos de história bastante longa. Há, efetivamente, uma longa história e uma variada bibliografia sobre esta acumulação de conhecimentos teóricos e práticos rotulados, em caráter permanente, de geografia.

Nesta perspectiva, lendo e analisando a contribuição de Estrabão datada do ano 7 A. C., estaremos lendo uma "geografia": utilizando a vasta coleção dirigida por La Blache, e publicada entre 1925 e 1949, estaremos nos relacionando à uma "geografia universal", ou interpretando Harvey através do "*Explanation in Geography*", datado de 1969, estaremos variando de autor, de lugar e de época, mas com algo significativo em comum: todos os textos apresentam a denominação de *geografia*. Usando este termo cada um deles, em cada lugar e em diferentes momentos, procurou transmitir o que entendeu pela ciência, seus objetivos e valor prático.

Cada um propôs uma "geografia" ou no conjunto propuseram a geografia? Dentro desta multiplicidade de contribuições temos uma unicidade ou, é dentro da unicidade que temos a multiplicidade? Qualquer que seja a resposta, ela significará simultaneamente o desafio da permanência face a um compromisso que evidencia sinais de mudança na continuidade.

Esta longa história do acúmulo de conhecimentos práticos ou teóricos rotulados de geografia tem sido marcada por contradições e crises. Ambas resultaram basicamente das diferentes formas de refletir sobre a terra e sobre o homem, das diferentes contribuições resultantes do progresso das ciências em geral, da maneira como todas estas ocorrências interferiram ou foram incorporadas ao seu conhecimento, e, principalmente, pela forma como seu grau de utilidade foi visto ao longo de toda essa existência.

É neste último aspecto que se coloca a avaliação da atuação dos estudiosos da geografia quanto às modificações tanto do espaço quanto da sociedade. O cerne de toda a geografia deve situar-se na compreensão, para intervenção, das contraditoriedades existentes nas relações entre os homens e o espaço e entre os próprios homens.

Embora com perspectiva diversa da atual, podemos afirmar que a preocupação com a utilidade da geografia tem acompanhado sua longa história, e, por isto mesmo, pode ser considerada simultaneamente como nova e como velha. Estrabão (7 A. C.), (*apud* Lebon 1966:12) já afirmara que a "utilidade da geografia

é multifária, não apenas no tocante as atividades dos estadistas e comandantes como também no que diz respeito ao conhecimento dos céus como das coisas da terra e no mar...". A que veio, muitos séculos mais tarde, a geografia política de Halford Mackinder?

No nosso século temos as contribuições de Philipponneau (1960), de Stamp (1960), de George et al. (1966) e de Freeman (1958) estabelecendo uma relação entre os termos geografia e planejamento. Todos, sem exceção, evidenciaram através de suas contribuições a permanência da preocupação com a indagação inicialmente destacada de Harrison: para que serve a geografia? A ela acrescentamos um complemento: para formar novos estudiosos acadêmicos da geografia, ou, para com o desenvolvimento de uma reflexão teórica, mas não desligada da prática, encontrar soluções para as questões relevantes que, a cada dia, são postas no espaço?

Na atualidade continuamos a refletir sobre o uso da geografia tomados de uma preocupação, não com uma investigação que simplesmente descreva, sintetize e que as vezes até profetize, mas com uma ciência que deve tornar-se parte de um empreendimento, visando ajudar a tornar melhor e mais justo socialmente o espaço que o homem usa. Em outras palavras, continuamos a indagar, mas hoje com maior consciência, por que e quanto nosso trabalho é relevante. E, em que medida nossa ciência efetivamente não ignora as necessidades humanas e as manifestações espaciais evidenciadas sob a forma de tantos desajustes e constrangimentos que o homem desigualmente enfrenta nas diversas parcelas da superfície da terra. Estas preocupações tratam-se de mais um modismo fugaz ou a geografia acaba definitivamente de descobrir que pode ser capaz de apreender a totalidade do espaço e nele intervir?

Na verdade, não podemos começar a falar em geografia e sua aplicação no planejamento, a partir de um contexto limitado. Não se pode partir de estudos que pretendam avaliar realidades mas que na prática nada fazem para apreender suas historicidades, suas efetivas e não aparentes origens bem como a amplitude de suas repercussões, positiva ou negativas. Sabemos ou não sabemos dizer o que a geografia é? E, se não sabemos, não poderemos mesmo dizer para que ela serve.

A geografia tem sido atribuído inúmeros epítetos que, à falta de melhor utilidade, tem servido, em lugares e momentos diferentes, para indicar a forma como ela tem sido encarada: descrição da terra, diferenciação de áreas, estudo de semelhanças ou estudo físico da terra, etc. Na atualidade, a geografia tem recebido o epíteto de ciência espacial. Entretanto, o que verificamos

é que, se ela é a ciência espacial que diz ser, necessita tornar-se mais motivada para a ação diante do mundo que vê diante de si.

Vivemos num mundo que não mais comporta apenas uma contemplação, mas que exige uma intervenção geográfica. Algumas evidências escolhidas ao acaso mostram isto, como:

— nunca a humanidade revelou um comportamento de crescimento demográfico tão rápido quanto na atualidade;

— jamais tivemos tantas pessoas vivendo fora de seus lugares de nascimento, e isso resultou num turbilhão de migrações;

— nunca em qualquer outro tempo a humanidade se apresentou predominantemente em lugares urbanos, e de maneira mais grave naqueles especificamente chamados de metropolitanos;

— nunca, desde a invenção da escrita, tivemos um número tão grande de pessoas alfabetizadas e isto auxiliou a difusão das informações, das aspirações, das necessidades, mas também das injustiças de toda sorte;

— nunca a humanidade conheceu antes uma organização econômica onde a maioria de suas rendas já não são mais originadas de atividades rurais e nem tão concentradas espacialmente;

— jamais a humanidade assistiu como agora tantos desequilíbrios políticos e instabilidades de governos, por causa de pressões sociais. Qual a quantidade de governos que são mudados através da violência a cada ano?

— nunca a humanidade viveu num mundo tão possuído política e economicamente, onde cada pequena ilha no oceano tem um proprietário, e já começamos a lotear os oceanos;

— nunca o homem foi capaz de criar artefatos científicos que representam uma ameaça à sua própria sobrevivência, e nem nunca provocou tanta agressão ao meio ambiente no qual vive, como na atualidade;

— igualmente, nunca ele acumulou tantas mudanças, apenas incrementalistas, sobre o espaço, sem lograr obter soluções não para os magnos, mas mesmo para os pequenos, problemas que o afetam. Enfim, vivemos num mundo onde as alterações espaciais são arrítmicas, esperadas como soluções, mas sentidas, na prática, como acúmulo de novos problemas a disputar um lugar com os mais antigos.

Todos estes aspectos, e outros mais, são componentes do espaço que a geografia reivindica como seu objeto primeiro de estudo e pesquisa. Mas apesar destas realidades, os discursos dos geógrafos parecem tornar-se cada vez mais irrelevantes para a solução dos problemas humanos. Assim, seria de indagarmos se as variadas situações é que efetivamente não são relevantes à geografia e aos geógrafos, ou são estes que, desequipados, não

podem mesmo avaliar cada uma dessas diferentes realidades. Genericamente parece que os geógrafos, ao estudarem este mundo e seus diversificados espaços, situam-se fora dele tanto nas suas pesquisas quanto nas suas ações. Estudam partes para entender o todo, mas paradoxalmente não conseguem chegar a este por causa daquelas.

Para atingir o nível de interventor consciente e preocupado com o caráter prático de suas tarefas, deve o geógrafo orientar-se para passar da condição de *contribuidor periférico* para a de *contribuidor central* nos estudos e nas propostas de soluções de problemas. Isto, se ele efetivamente deseja firmar sua competência, não apenas teórica mas também prática, como cientista contributivo para coisas relevantes.

Todavia, numa análise que se faça, verificamos que se isto deveria ser a realidade, o que temos é bem diverso. É forçoso reconhecer que a geografia vem se comportando como uma ciência sem um conjunto de problemas específicos e bem definidos, sem uma tarefa relevante, sem um projeto e, regra geral, com questões desadequadamente formuladas. Por estas razões é que decorrem tantos e tão inúteis choques com outras ciências e seus cientistas. Ela ainda não aprendeu a definir as perguntas que quer ver respondidas, como também não aprendeu ainda a responder corretamente. Relacionados a isto temos muitos aspectos controversos para os seus cientistas e para os demais que esperam poder distinguir, com nitidez, qual o seu lugar de contribuição neste mundo interdisciplinar.

A geografia, e por assim dizer os geógrafos, precisa urgentemente reorientar seus objetivos de investigação. Se isto não for feito toda e qualquer outra conquista, especialmente as obtidas no campo das técnicas, será totalmente irrelevante. Nesta reorientação de objetivos ela deve tomar como paradigma a busca incessante de respostas às questões que a maioria da sociedade contemporânea está propondo. Esta, diante do quadro já ligeiramente esboçado, mostra visíveis sinais de impaciência e, em decorrência, está passando a impor soluções ineficientes e fugazes e, desta maneira, marginalizando aqueles que reivindicam ser o principal cientista do espaço social: os geógrafos.

As questões de subsistência e sobrevivência, da variada necessidade de território, de eficiência de suprimento de bens e de sua distribuição, de harmonia com o meio ambiente, de qualidade de vida e de participação social, revelam-se todas como atributos espaciais. Como tais, têm enorme valor prático para a humanidade e também para os geógrafos. São estes alguns poucos exemplos de aspectos que aguardam a contribuição da geografia visando um desenvolvimento do espaço, simultaneamente, numa perspectiva ambiental, econômica e, antes de tudo, social.

As várias questões até aqui enfocadas serviram para revelar as possibilidades e as potencialidades das relações entre a geografia e os problemas humanos, não só para hoje mas também para o amanhã. Entretanto, para que se possa entender ou redefinir as posições e relações de hoje, é necessário considerar como elas o foram em tempos passados.

No período clássico e das grandes explorações geográficas, séculos XVI e XVII, a geografia procurou ser uma disciplina integrada, com um grande objetivo: o de fornecer informações tanto de natureza física quanto econômica sobre as novas áreas que eram sucessivamente incorporadas, política e economicamente, aos Estados existentes. Era mesmo preciso efetuar inventários, os mais detalhados, sobre os novos espaços, uma vez que a capacidade de cada um era ampliada com os acréscimos territoriais qualitativamente significativos.

Mais tarde, as necessidades crescentes das populações e a busca de seu lugar definitivo no contexto das ciências, na época especialmente as naturais, fizeram dela um conhecimento dividido, uma verdadeira contrapartida de todas as demais. Assim, ela tornou-se mais *especializada*, sem que esta especialização significasse total progresso, mais *diferenciada*, sem que esta diferenciação lhe fornecesse um "status" inquestionável de ciência, e mais *complexa*, sem que a complexidade resolvesse a questão do interrelacionamento do conhecimento.

Surgem então as disciplinas geográficas: climatologia, biogeografia, geomorfologia, a geografia do comércio, a geografia política, etc... Ela perde sua unidade primitiva, uma vez que a única relação entre as disciplinas estava apenas nas suas raízes históricas ou, talvez, simplesmente no *substantivo geografia* que passa a preceder as inúmeras geografias *do* ou *da*.

Nos meados do século atual, acentuadamente após a segunda guerra, a preocupação com a precisão foi o tema de relevância. Mas, a obsessão por esta precisão levou a geografia a esquecer o seu papel crítico, a começar pela própria crítica das técnicas e dos dados de que se utilizava, justamente para ser mais precisa.

Passou-se a buscar técnicas que menos apresentassem contradições e dúvidas, mas apenas como técnica. Entretanto, seria necessário antes de tudo avaliar em que medidas índices e indicadores, resultantes da manipulação de fórmulas prévias, serviriam para expressar muitas coisas menos quantificáveis, mas que estavam incorporadas ao comportamento humano. Esqueceram-se que o comportamento humano não era tão somente econômico, e mesmo neste havia objetividades, mas qualquer que fosse ele, se expressaria espacialmente.

Na década de setenta a geografia começa, de maneira mais formal, a preocupar-se com o arranjo ou ordenação espacial, a

partir de uma ótica mais social. Assim, ela começa a procurar avaliar não só o espaço físico, mas com destaque o significado da dimensão social a ele superposta. Trata-se de uma geografia cujas discussões oscilam entre os direitos e os deveres que a sociedade e os cidadãos têm sobre o espaço, procurando reavaliar tudo de forma mais integrada. Após tantas mudanças e, apesar delas, a geografia ainda conserva seu potencial integrativo, que é evidenciado menos pela sofisticação das técnicas que se utiliza e mais pela sua viabilidade de aplicação social.

Pode-se reconhecer seu potencial integrativo através de várias de suas dimensões. Na *temporal*, pela verificação que a peculiaridade do arranjo espacial pode ser explicada pela abordagem histórica evidenciando que não há oposição entre o tempo e o espaço; na *regional*, constatando que o objeto inicial da investigação geográfica é um território diferenciado por várias especificidades; na *ecológica*, pelo reconhecimento das relações entre as várias formas de vida, especialmente entre a vida humana e o meio; na *social*, através da avaliação das características espaciais das sociedades humanas, especialmente considerando que quase todas as coisas na superfície da terra dependem de fatores sociais e econômicos; e na *antropológica*, focalizando o papel que a vida humana tem na modelagem da superfície da terra, tanto do ponto de vista físico quanto social.

A análise da história do conhecimento geográfico revela que todas essas dimensões não representam, em si mesmas, inovações. Todas já foram consideradas pela geografia, mas de maneira que uma procurava eliminar a outra. O ambientalismo eliminado pelo regionalismo, este pelo neo-ambientalismo, etc., como se uma coisa fosse absolutamente incompatível com a outra. Entretanto, só uma visão integral e simultânea poderá auxiliar na tarefa de elaboração de uma verdadeira geografia. Pelo menos de uma geografia cuja utilização seja percebida pela sociedade humana. Talvez seja a falta destas condições que a tem levado a não participar, ou a fazê-la de forma inadequada, das tarefas de planejamento. Só uma visão integrativa da geografia poderá participar da mesa do planejamento.

## GEOGRAFIA E PLANEJAMENTO

Como geógrafos devemos conhecer melhor nossa ciência do que a área de planejamento. Entretanto, para estabelecer uma relação entre uma coisa e outra precisamos entender cuidadosamente o que é a segunda para nela envolver a geografia. Deste conhecimento recíproco é que deve derivar, de maneira explícita, as possibilidades e potencialidades de cada uma.

Não se pode afirmar que *planejamento* seja uma ciência, ou apenas uma técnica ou unicamente um método, mas parece ser simultaneamente uma somatória de tudo isso. Para Chadwick (1976), é "um processo de pensamento e ação humana tendo em vista o futuro"; para Eversley (1976), é "ação de ordenar e distribuir recursos escassos". Se continuássemos a destacar conceitos de planejamento verificaríamos que eles variam profundamente de acordo com o planejador consultado e, conseqüentemente, de acordo com sua especialidade original. O planejamento, na prática, parece constituir-se mesmo numa segunda especialidade. As variações observadas não invalidam sua existência uma vez que, num aspecto fundamental encontramos sua razão de ser: a ação humana. Na maioria das atividades as pessoas atuam com uma certa *previsão de futuro*, com alguma *imagem dos fins* que aspiram e com uma vaga *avaliação das medidas* para alcançar os fins propostos. A *previsão*, os *fins* e os *meios* são os elementos básicos da reflexão sobre o planejamento.

Como *fins*, o planejamento deve buscar a *maximização* do potencial do contato entre o homem e a natureza e com os outros homens, pela *otimização* da proteção do espaço em cada momento, numa localidade de maneira temporária ou permanente, mas sempre para um grupo humano. Como *meio*, deverá obter *minimização* dos esforços para o arranjo do espaço tanto atual quanto futuro. Isto deve ser feito com a sociedade e não para ela e, menos ainda, contra ela. Como *previsão*, deve estabelecer a delimitação indicativa do tempo disponível face ao necessário, para que alternativas de soluções sejam encontradas ou implementadas. Mas em qualquer circunstância, o homem e a sociedade devem ser o ponto de partida e de chegada do planejamento em qualquer escala.

Como pode a geografia enfrentar, de maneira satisfatória, as exigências do planejamento? Como pode ela ser capaz de oferecer nesta tarefa as respostas que lhe cabe dar? Para responder estas questões é preciso que sejamos capazes de estabelecer diferenças entre o que a geografia tem oferecido e qual o seu efetivo potencial. A partir disto é possível considerar como ela poderá cooperar.

O interrelacionamento entre a geografia e as demais ciências tem sido muito mais como receptora do que como doadora. Utilizamos conteúdos desenvolvidos por ciências específicas, adaptamos ou tentamos adaptar técnicas alheias e, na ação, muitas vezes superpomo-nos, de forma indevida, nas tarefas de outros especialistas. Insistimos que a geografia tem uma tarefa específica, mas os geógrafos, com seus trabalhos, parecem confirmar que ela não existe. Parece-nos, numa visão geral, que o progresso, especialmente na solução de problemas práticos a partir das antigas

ciências colaboradoras da geografia, a colocou em má posição quanto a sua aplicação. Recoloca-se aqui a questão do *todo* e das *partes*. Se as soluções pertencem aos analistas do individualizado, evidentemente não haverá lugar para o analista do conjunto. Este mau posicionamento tem, como uma das causas, o fato da geografia ter desenvolvido o exercício, até em demasia, de "pinçar" os objetos no espaço social, descuidando do estudo do próprio espaço e da sociedade, que são as resultantes dinâmicas dos objetos. É justamente a preocupação com cada categoria de objeto que tem impedido que ela elabore uma verdadeira teoria do espaço social.

Muitas das teorias espaciais que ainda usamos em geografia são inequivocadamente tradicionais: Thunen (1826), Weber (1909), Christaller (1933), Losch (1909) e outras. Todas têm ainda o seu valor, mas sobre que tipos de espaços sociais elas foram colocadas? Nada mais se criou, além do fato de que essas teorias têm nítida função de explicar economicamente o espaço e, por isto mesmo, são incompletas. Entretanto, a evolução da conjuntura espacial vem exibindo, no sentido o mais amplo, variadas e intensas pressões sociais que forçam os geógrafos a se preocuparem com essas realidades evidentes. Poderemos mesmo afirmar que a questão fundamental não está mais em explanar para apenas entender, mas sim entender para agir.

Os planejadores preocupam-se com a distribuição racional das populações e das atividades econômicas e sociais sobre o espaço, com a alocação dos recursos, com a eliminação das disparidades de níveis de vida e começar pelas diferenças existentes entre as regiões dentro de um mesmo país, e com a proteção do meio ambiente. A partir destes elementos é facilmente verificável que a geografia tem excelente potencial para participar da atividade interdisciplinar de planejamento. Deve ela apenas definir *o que*, *quanto* e *como* participar. Se analisássemos tais aspectos, a nível de maior detalhe, certamente não ficaríamos apenas na suposição de que a geografia pode participar com eficiência das tarefas práticas. Depende dos próprios geógrafos a passagem da situação de aspirar para a de efetivamente agir.

Inicialmente poderemos considerar que a geografia tem condições de ser utilizada na solução de problemas práticos da humanidade, a partir de suas próprias especificidades: 1.º é das poucas ciências cujo domínio de pesquisa envolve prioritariamente as relações entre a sociedade e a natureza, esta vista como um recurso e das quais decorrem muitos problemas; 2.º estuda fenômenos que em seu desenvolvimento espacial criam subunidades territoriais, exigindo um arranjo diverso por parte da sociedade; 3.º procura estudar os elementos do espaço na complexidade de seu equilíbrio ou desequilíbrio, e não sob condições artificiais. Isto é mais interessante mas também mais complexo; 4.º o seu estudioso é sem-

pre envolvido pelo próprio objeto de estudo. Tais peculiaridades da ciência geográfica não devem destinar-se a ser mais uma comprovação inútil de sua condição de ciência. Isto não importa muito. Mas deve servir como fundamento básico através do qual poderá contribuir para o planejamento.

Apesar destas condições que poderíamos considerar até como privilegiadas, a geografia tem tido muito pouco ou nenhum sucesso no campo das contribuições para soluções dos problemas do mundo real. O que percebemos é que, nas Universidades, seu campo de conhecimento envolve-se muito mais com o que produzem os geógrafos do que com aquilo que torna a disciplina relevante; somente com as teorias, embora isto não seja de todo um mal, do que com aquilo que a torne viável e acessível para o público. Enfim, resta-nos uma impressão contudente e nada animadora: a de que todo aquele que conseguir convencer uma escola para que ensine geografia, esteja efetivamente promovendo-a. Assim, devemos debitar aos geógrafos as responsabilidades pela sua imagem distorcida e geralmente não aceita. Ainda, quanto a sua contribuição para a solução de problemas do mundo real, e nisto reside sua interface quanto ao planejamento, poderemos dizer que, no mínimo, ela tem sido considerada suspeita por várias razões.

Em sentido amplo verifica-se que todas as ciências passam pela fase do estágio empírico envolvendo-se com a coleta, seleção e tratamento de dados, pela do estágio teórico analítico, do qual depende o conhecimento dos fatos, e o preditivo onde ocorre um grande envolvimento com a aplicação. Contudo, a geografia é ainda "produzida" e "vendida" no primeiro estágio, usando dados secundários, fazendo mapas ou rearranjando tabelas pré-existentes. Uma das deficiências mais graves está na sua quase ignorância da função preditiva de uma ciência. Temos que reconhecer que ela tem sido incapaz de prognosticar espacialmente, que se exercita deficientemente na predição histórica, mas nada na predição geográfica, que lhe é indispensável.

Na verdade, ela se apega a um "presente", tem receios do passado por não saber, como os historiadores, lidar com ele adequadamente e não olha para o futuro. Isto cria uma situação bastante difícil para o seu relacionamento com o planejamento, que é prospectivo e voltado para o futuro.

Com esta orientação ela acaba por criar um nítido quadro de incertezas. Assim, muitos que ainda julgam poder a geografia contribuir para o planejamento não conseguem responder à pergunta: mas de que maneira? Seria através da cartografia, da interpretação de aerofotos, da aplicação de sistemas quantitativos à dados espaciais? Se estes forem seus principais meios de contribuição fica evidente que ela, contraditoriamente, pode oferecer somente algumas técnicas para os trabalhos de planejamento.

Mas temos ainda que descobrir o que teoricamente ela pode oferecer à fundamentação do planejamento, geralmente embasado na sociologia, economia e na política.

O que esperam os planejadores não geógrafos é que ela vá além, que contribua com uma teoria espacial suficiente a propósito da organização espacial da sociedade humana. Desta contribuição eles estão carentes, pois os fundamentos teóricos que até hoje utilizam não oferecem respostas satisfatórias ao problema. Apesar disto tudo verifica-se que muito mais do que distâncias e divergências, entre a geografia e o planejamento há vários aspectos comuns e a interface entre ambos é bastante ampla.

Geralmente os geógrafos frustram-se pela falta de definição de sua ciência a ponto da crucial indagação, constantemente feita, *mas isto é geografia?* ter se tornado um clichê de verdadeira rejeição dos conhecimentos por ela elaborados. Paralelamente verificamos que o planejamento padece de igual nível de incerteza e de melhor conceituação.

Em segundo lugar, nenhuma das duas áreas está confinada à um tema específico. Elas são por natureza interdisciplinares. Mas, isto não é um problema, sendo preciso apenas que esta interdisciplinariedade não seja colidente e sim orientada para similitude de fins. Tanto a geografia quanto o planejamento relacionam-se à fenômenos não ubíquos. Deste relacionamento decorre a significância dos estudos de distribuições espaciais para ambos e, como consequência, os mapas.

Da mesma forma que os planejadores, os geógrafos são generalistas, sem que isto signifique falta de especialização. Ambos colecionam "inputs" de muitos outros campos especializados, os quais são relevantes para a solução de seus problemas. Esta coletânea não se constitui em obstáculo. Este, ao contrário, relaciona-se muito mais às dificuldades na produção dos "outputs" específicos do que a qualquer outra coisa. Em ambos os campos, há evidentes sinais de uma ausência de teorização adequada. Contudo, não se pode esquecer do caráter recente do planejamento e do fato de que está avançando mais rapidamente do que ela neste aspecto.

A geografia avalia complexidades em relação às quais ela precisa selecionar, o que e o quanto cada aspecto é relevante; da mesma maneira o planejamento deve selecionar as variáveis que acredita estarem mais próximas dos problemas que deseja solucionar. Neste aspecto a diferenciação está na identificação de uma "relevância" presente na geografia contra uma "relevância" futura no planejamento.

Ambas tem preocupação com o uso do espaço e com a sua classificação. Neste caso temos uma diferença, pois o planejamento preocupa-se mais, embora não exclusivamente, com a potenciali-

dade de uso do que com o efetivamente usado, além de preocupar-se de maneira explícita com a intervenção, o que já não ocorre com a geografia. Tanto a geografia como o planejamento têm comumente finalidades sociais e se preocupam com os processos sociais. Todavia, parece que só os planejadores pretendem intervir nos mesmos, enquanto a geografia muito pouco tem se exercitado neste campo.

Os planejadores têm procurado contemplar aspectos demográficos, sociais e culturais bem como, em caráter recente, as questões sobre o impacto do homem sobre o meio ambiente. Nestes aspectos, os geógrafos ainda não têm conseguido absorver de maneira prática os conhecimentos necessários à aplicação dos seus conhecimentos. Assim, de que vale reconhecer momentaneamente distribuições populacionais ou apenas indicar estáticas características sócio-culturais das populações?

Finalmente, verifica-se que ambos têm preocupação com a dimensão tempo embora em sentido diverso. A geografia tem se interessado pelas "atualidades" ao mesmo tempo em que procura ser timidamente retrospectiva e ignorando a prospectiva. Com o planejamento ocorre praticamente o inverso.

Deste conjunto de interfaces pode-se concluir que, se não se pode condenar a geografia pela falta de propostas práticas de soluções no âmbito do espaço, deve-se reiterar sua incapacidade de colocar as questões de maneira a orientar justamente estas soluções.

Poucas pessoas que trabalham com planejamento já tiveram a oportunidade de atuar com um geógrafo, e, quando o tem, não questionam apenas *no que ele poderá contribuir mas também na forma como ele pretende propor suas questões*, visando participar de tarefas comuns. Desconhecendo estas deficiências, muitos geógrafos, pedantemente, procuram, de forma às vezes artificial, distinguir, destacar e até enfatizar o papel da geografia nos planos de desenvolvimento, sem contudo oferecer na prática contribuição aceitável.

Quando é possível acompanhar o trabalho do geógrafo, verificamos que eles podem conviver, e com eficiência. Alguns aspectos podem ser destacados nesta comparação. Estes variam da *avaliação dos problemas*, uma vez que os dois se envolvem com posicionamentos no tempo e no espaço; na *avaliação dos estágios e processos*, para os quais a análise espacial é importante, e mesmo a *diagnose* do sistema espacial, especialmente quanto aos elementos que reconhecidamente produzem ocorrências negativas. De igual maneira, na fase de elaboração do plano, na de sua verificação e acompanhamento, outros paralelismos podem ser estabelecidos. Isto pode ser visto na prática através dos critérios de fixação de objetivos tendo em vista estruturas espaciais futuras. Aqui, a geografia precisa, como já indicamos, adquirir uma visão de prognós-

tico que lhe falta para elaboração de alternativas de solução dos problemas. Muito útil neste aspecto é o uso da simulação, que deve fazer parte da formação e do trabalho do geógrafo.

Quanto a escolha da solução alternativa com base na otimização do procedimento, o papel do geógrafo é bastante limitado, mas também o é o do planejador não geógrafo. Esta tarefa ainda está limitada ao poder político.

Um último aspecto importa considerar: o da verificação do planejamento e seu acompanhamento. Nesta etapa devemos reconhecer que acompanhar processos, uma vez desencadeados, deve fazer parte da pesquisa geográfica tanto quanto do planejador. Na prática, acompanhar processos deve ser o ponto de partida para o ciclo seguinte do processo de planejar.

Avaliando-se estes relacionamentos possíveis entre o trabalho do geógrafo e o dos planejadores poderemos reconhecer, a luz de contribuições e discussões já evidenciadas entre ambos, quatro tendências mais comuns:

1.<sup>a</sup>) a dos que julgam que a geografia é base, o fundamento do planejamento. Esta perspectiva é defendida apenas pelos próprios geógrafos, que dão desmesurado valor à visão de síntese que insistem ter a geografia sobre o espaço. Para eles o geógrafo seria o planejador por excelência;

2.<sup>a</sup>) a daqueles que julgam que entre ambos existem apenas pontos comuns, mas havendo também muito de individualidade. Esta é a verdadeira perspectiva de que o planejamento é uma atividade interdisciplinar onde muitos podem contribuir, inclusive os geógrafos. A questão é somente a de definir o tipo de contribuição específica que eles podem oferecer;

3.<sup>a</sup>) a daqueles que julgam que não há pontos comuns, mas apenas um intercâmbio salutar à ambos. Nada é específico e o que conta são as oportunidades;

4.<sup>a</sup>) a representada por aqueles que são radicalmente contra qualquer relação. Julgam que uma nada tem a ver com a outra. É uma posição extremista onde estão muitos planejadores não geógrafos, que nada vêm de útil na geografia que possa ser absorvido pelo planejamento. Isto geralmente decorre dos geógrafos que conhecem e da qualidade de geografia que dispõem para utilização. Como se pode perceber, a primeira e a última posição em nada contribuem para o relacionamento necessário que deve existir.

Apesar das variações nas modalidades de relações, cresce a cada dia a demanda de especialistas geógrafos para as tarefas de planejamento. Igualmente aumenta o número dos que, como geógrafos, frequentam Institutos de Planejamento. Em contrapartida, os outros planejadores começam a prestar mais atenção à atuação

e ao potencial de contribuição de certos geógrafos. Cabe a estes procurar fazer com que a atenção se volte mais para a geografia propriamente dita do que para os geógrafos. Mas, na prática, como fazer isto?

Primeiramente é preciso considerar que, se os geógrafos quiserem fazer da geografia uma ciência útil para o planejamento, devem começar a aprender a tomar parte ativa na transformação do mundo. Para atingir esta participação ativa precisam começar a melhorar a sua própria qualidade a qual deve envolver, além da especificidade do conhecimento teórico, a necessária capacidade para o trabalho prático. Quanto a especificidade do trabalho teórico, impõe-se sua reordenação, mas quanto a capacidade prática de trabalho é necessária a sua aprendizagem. Profissionalmente, consideramos que há três dificuldades correntes que o geógrafo tem que enfrentar: um mercado que progressivamente vai se definindo pelo aspecto prático da geografia, mais do que pelo acadêmico. Portanto, os estudos que estejam envolvidos com os problemas da "condição humana" têm maiores possibilidades de oferecer oportunidades. Assim, nas universidades, estudos desta natureza devem ter melhor posicionamento do que conjuntos de tópicos desajustados da realidade. Em segundo, o treinamento do geógrafo em muitos casos tem sido inadequado para lhe conferir competência operacional. Esta é falha bastante séria, pois o mundo real necessita soluções que devem ser vistas em caráter operacional. Um efetivo e útil treinamento não será aquele que apenas prepare o geógrafo a partir de técnicas, sofisticadas e já testadas, pois assim ele se tornará apenas num aplicador delas e não num verdadeiro pesquisador. Ele precisa ter a coragem de propor inovações, mesmo que sejam para ser contestadas. Finalmente, a geografia precisa desenvolver-se visando atrair mais estudiosos para o seu campo, mas para tanto precisa equipar-se, adaptar-se e envolver-se com o mercado de empregos e não apenas com o de professor. É preciso não permanecermos naquela síndrome identificada por Beard (1976): "professor ensina para que outros se tornem professor para ensinar para que..."

#### A REDESCOBERTA DO USO PRÁTICO DA CIÊNCIA

As tarefas de planejamento não são as únicas onde os geógrafos podem contribuir com a aplicação do seu conhecimento. Nisto reside a riqueza do seu potencial prático. Entretanto, o planejamento tem o mérito de tê-la feito iniciar o caminho da redescoberta de seu uso prático. Na atualidade ele se torna uma aspiração de grande número de profissionais e mesmo da própria ciência.

cia. Isto contraria seu posicionamento anterior, quando apenas seu ensino era visto como realmente significativo.

Corretamente o planejamento não é uma profissão que exija que os seus membros sejam graduados num programa acadêmico específico, mas o planejador tem que demonstrar a eficiência dos seus conhecimentos, de suas credenciais à toda a população que é objeto de ação do planejamento. Por isto, todas as especialidades, mesmo aquelas que parecem estar mais próximas das tarefas de planejar, têm a necessidade de ajustar-se à esta nova realidade. Assim, cabe-nos inicialmente indagar: o que de prático pode ser feito para melhorar a geografia, tendo em vista formar um profissional capaz de participar de maneira igualitária, e com eficiência, das tarefas do planejamento.

Devemos partir do princípio de que os planejadores geógrafos não são formados em cursos específicos para tal, mas sim em cursos acadêmicos regulares. Por isto, o conteúdo do currículo dos cursos é que deve ser revisto, mais do que simples alterações de títulos de disciplinas. Muitas vezes somos tentados a criar títulos inovadores e até sonoros para, posteriormente, tentar encaixar alguns conteúdos, nem sempre conexos, sob tais títulos. Quanto a este aspecto, o que corretamente deveria ser feito é o oposto, ou seja, avaliar quais as realidades espaciais que através de formas e processos evidenciam crescente significância, detectar seus aspectos mais significativos e os problemas que provocam. Em seguida, transformar estas avaliações num elenco de assuntos para finalmente classificá-los e intitulá-los como novas disciplinas. Uma ordenação de estudos elaborada sob estes princípios inova porque fundamenta-se na verificação das realidades atuais bem como das tendências observadas. É preciso formar um interprofissional, mas isto só poderá ser efetuado com eficiência a partir de elementos das realidades onde ele deverá atuar.

Em segundo lugar, devemos ampliar e aprofundar as preocupações da geografia com a sua aplicação no planejamento e em outras áreas. Admitir que a geografia somente se aplique ao planejamento é empobrecê-la de forma injustificada. O que pode a geografia fazer para melhorar as qualidades dos dados oficialmente conduzidos? Pode ela contribuir nas tarefas das casas legislativas? Tem condições de envolver-se com tarefas de orientação das populações, no sentido de melhor avaliarem realidades espaciais e, assim, poderem participar ativamente dos estudos de problemas que as envolvem? Devemos não só aperfeiçoar as tarefas mais tradicionais, como procurar incessantemente desenvolver as novas que passam a ser exigidas pelas mudanças ocorridas no espaço e na sociedade humana.

Uma terceira tarefa que se impõe é a da delimitação das esferas de aplicação da ciência sem que isto se converta em rigidez. Ela



não deve se omitir mas, ao mesmo tempo, não pode sobrepor-se às outras ciências, gerando um grave prejuízo moral para si. Nada pior do que, ao reavaliarmos os estudos geográficos, acabarmos por verificar que ela estuda repetitivamente o que muitas outras também fazem, apenas geograficamente. Igualmente significativo é a busca, em seu desenvolvimento interno, de novas atitudes em relação aos valores e formas de ver a sociedade. É preciso rediscutir coisas tradicionalmente formuladas como as dicotomias: rural-urbano, passado e presente, significativo e não significativo, dependência e independência, etc.. Afinal, os conceitos necessitam ser tão dinâmicos quanto aos fatos que eles compreendem.

Há ainda a necessidade de ampliar o elenco de interrelacionamento da geografia com áreas menos convencionais. Na sua história, a geografia tem revelado períodos variados de intenso relacionamento com as ciências naturais— física, meteorologia, botânica, geologia, etc., — sucedendo-se depois, com o advento e institucionalização da geografia humana, aqueles envolvendo a história, a economia, a política, etc.. Na atualidade, é preciso, para melhorar o proveito de sua ação prática, relacionar-se com outras áreas menos tradicionais como a administração pública, o direito urbano e internacional, a psicologia, informática, demografia, etc.. Todas elas representam uma nova sistematização e especialização do conhecimento sobre aspectos da sociedade humana.

Por último a prática da análise e acompanhamento, bem como da correção de planos, deve constituir-se em tarefas de aprendizagem da geografia e para tanto precisa desenvolver profundamente a ciência prospectiva.

O planejamento envolve atividades de planejadores, arquitetos, economistas, engenheiros de especialidades variadas, administradores públicos, sociólogos, historiadores, geógrafos e outros. Mas, para estes últimos, é necessário que primeiramente consigam delimitar o papel próprio da geografia no planejamento e também em outras tarefas. É preciso que os geógrafos não corram o risco de apegar-se ao planejamento, por exemplo, apenas como algo que talvez sirva para a sobrevivência. Se assim for, rapidamente cairão no descrédito, aliás mais rapidamente do que com apenas a execução das atividades de ensino acadêmico. Não se pode mesmo admitir muitos erros nesta possível ação prática da geografia.

Os geógrafos precisam também tomar-se de uma certa humildade. Para relacionarem-se com maior eficiência e aceitação com outros especialistas em atividades aplicadas devem aprender a aceitar e valorizar adequadamente as outras contribuições e contribuidores. A superfície multidisciplinar do planejamento, não temos dúvida, encoraja muitas abordagens alternativas. Deve então o geógrafo ser um generalista com uma direção? Isto é contraditório face as especializações exigidas pelas diferentes ações práti-

cas dele esperadas? A resposta é: não sabemos. Mas, é preciso tentar avaliar conjuntos para poder contribuir nas partes.

A contribuição através da aplicação prática do conhecimento teórico da ciência é primordial na atualidade. Enquanto este conhecimento teórico deve servir para avaliar a gênese e a morfologia, associadas às estruturas dos objetos, a aplicação desta investigação deve vincular-se à conexão entre os objetos e a esfera na qual ele é usado na prática. Desenvolvendo estas modalidades de reflexões, os geógrafos reconhecerão que no mundo contemporâneo, onde se buscam variações de aplicação do conhecimento na solução de problemas, nada deverá ser mais prático e aplicado do que o conhecimento elaborado pela geografia. Nossas tarefas como geógrafo na atualidade não devem ser as de acrescentar novos alarmes aos já existentes, sobre os problemas mundiais. Se examinarmos cuidadosamente veremos que já são muitos os alarmistas. Nossa atuação deve, necessariamente, ser a da reflexão na busca de caminhos que conduzam à uma contribuição prática e significativa para a solução dos problemas humanos, na sua maioria espacialmente evidenciados de maneira contundente.

O verdadeiro cientista preocupa-se em saber *o que* acontece e também *por que*. Mas o crítico social, o planejador social, o reformador social tem o dever de insistir na tentativa de mudar os acontecimentos. A geografia deve ser mais que ciência e os geógrafos mais que cientistas. Precisamos ser mais criativos, propondo novas abordagens, inventando novas técnicas e desenvolvendo nossa capacidade de persuadir as mudanças sociais. Para mudar, é preciso primeiramente começar a admitir que o geografia pode fazer tudo isto.

A geografia de hoje ainda padece de acentuada dose de insegurança e inferioridade, tanto no campo acadêmico quanto no profissional prático. Ela tem sido incapaz de estabelecer, perante a sociedade, uma plataforma prática de trabalho na qual a relevância de sua atuação para a vida humana possa ser efetivamente demonstrada e não apenas indicada, sentido e não apenas aspirada, e usufruída e não somente desejada. O planejamento, nas suas várias modalidades é uma, apenas uma, das oportunidades desta atuação. Devem os geógrafos, ao invés de “a priori” oferecerem contribuições determinadas, ter o encargo de procurar estudar o que a sociedade prioritariamente necessita. A partir daí constatarão que realmente têm possibilidades de oferecer orientação e alternativas. Enfim, de ser contributivos. É preciso, como afirmou Bailly (1978), desenvolver a ciência geográfica de tal maneira que, se hipoteticamente ela não existisse, muitas pessoas a inventariam.

## BIBLIOGRAFIA

- Bailly, A. S. et Jean Bernard Racine (1978). Les géographes ont-ils jamais trouvé le Nord? Questions à la géographie. *Espace Géographique*, 7 (1): 5-14.
- Beard, D. P. 1976. Professional Problemas of Nonacademic Geographers, *The Professional Geographer*, 28: 127-131.
- Chadwick, G. F. 1976. *A system view of planning*, Pergamon Press, Londres.
- Everseley, D. 1976. *Planificación urbana y regional*, Instituto de Administración Local, Madrid.
- Freeman, G. 1958. *Geography and Planning*, Ed. Hutchinson, N. York.
- George, P. et all. 1962. *La géographie active*, Presses Universitaires de France, Paris.
- George, P. 1974. *L'ère des techniques, constructions or destructions?*, Presses Universitaires de France, Paris.
- Harrinson, J. D. 1977. What is applied Geography?, in *The Professional Geographer*, 29 (3).<sup>o</sup> 297-299.
- Lebon, J. H. G. 1966. *Introdução à geografia humana*, ZAHAR Editores, Rio de Janeiro.
- Philipponneau, M. 1960. *Géographie et action: introduction à la géographie appliquée*, Lib. Armand Colin, Paris.
- Stamp, L. D. 1960. *Applied geography*, Penguin Books, Londres.

### ABSTRACT : — *Geography and planning*

Geography isn't planning. The planning can not be understand only as better geography. Nevertheless both have many conections either a theoretic view or on practical action. The geography by crescent way have looking for to situate as a practical science recognizing that the planning isn't his only area of actuation. Is is very important to think about the actuals geographical difficulties to attain an efficient use and how to do for improving this situation.